

ENCONTROS INTERMUNICIPAIS



A AMP e as CIM promovem, em julho e em setembro do presente ano, encontros intermunicipais dos técnicos das equipas multidisciplinares dos municípios e de outros técnicos que trabalham diretamente com as escolas no âmbito dos PIICIE.

Pretende-se debater o contributo das equipas multidisciplinares para a promoção do sucesso escolar,

refletir sobre os desafios que estas equipas enfrentam e criar espaços de partilha de conhecimentos e práticas.

Os encontros seguem um princípio comum de organização. Para a parte da manhã, com temáticas mais transversais, serão também convidados diretores e outros responsáveis das escolas e dos centros de formação de associações de professores e responsáveis de serviços locais com atuação junto da infância e da juventude.

A parte da tarde contará com sessões paralelas de tratamento de áreas específicas de ação das equipas, como temas curriculares (leitura, matemática, artes, ambiente, ciências e experimentação), intervenção junto de alunos em risco, ação parental, construção de projetos de vida, etc. Nestas sessões, projetos localizados numa dada entidade intermunicipal são apresentados nos encontros de outras.

Para o mês de **julho**, estão previstos os seguintes encontros:

Dia 3 – Área Metropolitana do Porto (Porto)

Dia 4 – CIM do Cávado (Barcelos)

Dia 10 – CIM de Tâmega e Sousa (Amarante)

Dia 11 – CIM do Douro (Tarouca)

A realização destes encontros conta com a colaboração da Estrutura de Missão do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) e da CCDRN/NORTE 2020.

NESTE NÚMERO

[A POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS E A EDUCAÇÃO](#)
[PÁG. 2-3]

[POBREZA INFANTIL, INSUCESSO ESCOLAR E POLÍTICAS LOCAIS INTEGRADAS](#) [PÁG. 4-5]

[O PROJETO “PROMOVER A LEITURA E A ESCRITA” DA CIM-TTM E O COMBATE À POBREZA INFANTIL](#) [PÁG. 6-7]

[CENTRO INTEGRA – UMA ABORDAGEM GLOBAL E INTEGRADA AO INSUCESSO ESCOLAR](#) [PÁG. 8-9]

[DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS NA PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR](#) [PÁG. 10-12]

[PROJETO TRILHOS PARA A INOVAÇÃO EDUCATIVA NA AMP](#) [PÁG. 13-15]

[BREVES](#) [PÁG. 16]

COORDENAÇÃO TÉCNICA

CCDRN/ Secretariado Técnico
Emprego, Qualificação e Inclusão Social (NORTE 2020)

APOIO EDITORIAL

Unidade de Apoio à Estratégia de Comunicação do NORTE 2020

SUBSCREVA O BOLETIM:

► [CLIQUE AQUI](#)



A POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS E A EDUCAÇÃO



1. No texto de enquadramento inicial dos PIICIE, recordando os níveis de população de 0-17 anos em risco de pobreza – 18,9 % para o ano de 2017 (INE) –, referimos que *“muitas crianças e jovens crescem em meios socioculturais que tornam mais difíceis os seus percursos escolares (...). Não é uma fatalidade, mas uma carga que não se pode ignorar, pois as crianças e os jovens chegam todos os dias à escola com «mochilas» muito diferentes”*.

Neste número do boletim, retomamos este tópico, pelo que solicitámos a um especialista e a responsáveis de dois projetos inseridos nos PIICIE que apresentassem os seus pontos de vista sobre o modo como as escolas podem enfrentar os problemas decorrentes da pobreza infantil.

2. Nos PIICIE, esta dimensão social é intensamente mobilizada nos diagnósticos e na justificação das dificuldades e dos resultados insuficientes, mas a sua presença é mais rara nas estratégias de ação e na concretização dos projetos. Presença forte nos diagnósticos, mais fraca nas respostas. Porquê?

3. O texto de Manuel Sarmiento mostra bem as implicações multidimensionais da pobreza infantil – alojamento, alimentação, cuidados de saúde, consumos culturais, condições de estudo – e a necessidade de políticas integradas, especialmente no plano local.

Sobre as escolas impendem expectativas e mandatos muito vastos. Por vezes, a educação parece ser o último recurso ou a utopia que nos resta: espera-se que, ao mesmo tempo, transmita a cultura, socialize, prepare para o trabalho, prepare cidadãos exemplares, promova uma sociedade mais justa... E é mais fácil exigirmos à escola que se adapte

às condições de vida das famílias, por mais que tal seja legítimo, do que questionar essas condições, a organização do trabalho, os transportes, a distribuição dos rendimentos. Somos mais rápidos a apontar a ineficiência do “elevador social” do que a analisar e questionar a distribuição das posições (dos “andares”, para manter a analogia) na sociedade.

Projetar na escola tanto encargo poderá ter um lado positivo, enquanto sinal de esperança e de confiança na instituição, mas não se pode ignorar a incoerência nem os efeitos negativos de uma responsabilização desmedida.

Podemos invocar diversas perspetivas de inspiração ética do agir – dever, utilidade, convicção, responsabilidade, comunicação, compromisso, cuidado –, mas seria de convocar também uma ética dos limites, como um passo necessário para assumir efetivamente as responsabilidades próprias e exigir o cumprimento das alheias e a consequente mobilização de outros agentes e recursos.

4. Há uma questão geral de afetação de recursos. Conhecedores do peso dos fatores sociais nos percursos escolares, não nos é alheia a vinculação territorial destas desigualdades. Por exemplo, no 2.º CEB das escolas públicas do concelho do Porto, a percentagem de mães que não concluíram o ensino secundário varia de escola para escola entre os valores extremos de 93 % e 9 %. Desta forma, os efeitos das condições familiares de cada criança e jovem são potenciados pelos efeitos da frequência de escolas com mais dificuldades à partida (ver DGEEC).

Poderemos perguntar se a situações de concentração de problemas corresponde a afetação de docentes mais habilitados e de outros técnicos e de meios materiais e financeiros.

5. As escolas ganharão com recursos acrescidos, como os apoiados pelos PIICIE, para proporcionar a todos os que as frequentam condições de bem-estar e segurança, o acesso a equipamentos e o enriquecimento da vida escolar no acesso aos bens culturais, às artes, à experimentação científica, à prática desportiva e a iniciativas de criatividade e de cidadania.

Neste sentido, têm papel de relevo os apoios técnicos disponibilizados (psicólogos, terapeutas da fala e de outras terapias, técnicos de ação social, técnicos de educação, animadores, etc.), designadamente os que integram as equipas multidisciplinares.



6. Não se espera que a escola resolva o que está muito antes e muito depois dela. Entretanto, os problemas estão bem dentro da escola, pois estão nas “pessoas que moram nos alunos”.

A especificidade da ação da escola está na dimensão pedagógica. A autonomia de cada escola passará, antes de mais, por ter condições para identificar os problemas concretos e tentar dar respostas. A diversidade de caminhos deve estar no centro da vida da escola e não só como resposta, não raro desqualificada, a situações específicas.

Nesta linha, importa valorizar dispositivos de alerta e intervenção precoce, a recolha sistemática de informação, o encaminhamento e o acompanhamento de crianças e jovens em risco de insucesso e abandono. Os projetos da CIM das Terras de Trás-os-Montes e da CM de Santo Tirso, apresentados mais adiante, dão-nos exemplos de ação neste campo.

Na sua realização mais plena, a escola será um tempo de construção de percursos de vida com sentido, não um tempo de destruição de expectativas ou de ratificação das expectativas autolimitadas.

7. A colaboração entre a escola, as famílias e as comunidades é crucial. Para tal, importa esclarecer bem que colaboração os pais e outros educadores podem prestar, desenvolver o aconselhamento parental e projetos educativos formais e não formais que envolvam as famílias e valorizar o contributo das associações de pais e encarregados de educação.

Mas não podemos esquecer que os pais das crianças com mais dificuldades — eles próprios, não raro, com histórias escolares penosas — tendem a estar mais distantes das escolas. Demasiadas vezes, a família é problema, ausência e abandono. Daí a necessidade de temperar a importância do envolvimento das famílias, compensando com outras dimensões e com a mobilização de outros agentes.

8. A prioridade de investimento em que, no NORTE 2020, se insere o apoio aos PIICIE inclui, no seu objetivo central, o reforço das “medidas que promovem a equidade no acesso à educação básica e secundária”.

Os alunos em situação ou em risco de insucesso e de abandono constituem a prioridade de ação dos PIICIE, em nome da equidade no usufruto dos bens educativos. Por isso, perguntamo-nos sempre: as ações que promovemos são dirigidas a públicos bem definidos ou, quando se destinam a todos, são pensadas e realizadas de modo a que todos delas beneficiem?

A equidade não implica a adoção de caminhos “facilitistas” ou a redução da exigência ao mínimo, mas a consciência consequente de que há situações de partida muito diferentes. A equidade requer mais do que uma igualdade de oportunidades formal, pois exige a criação de condições para que todos vejam efetivamente assegurados os seus direitos e atinjam os resultados pretendidos.

José Maria Azevedo
CCDRN/Norte2020



POBREZA INFANTIL, INSUCESSO ESCOLAR E POLÍTICAS LOCAIS INTEGRADAS



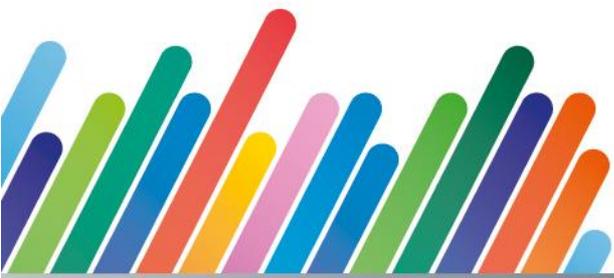
A pobreza infantil é um fenómeno multidimensional. Esta frase é quase um lugar-comum. Porém, as suas implicações no domínio da construção das políticas públicas não são, usualmente, analisadas até ao fim. Se a pobreza infantil tem múltiplas dimensões, as respostas no sentido da sua prevenção e erradicação devem exprimir-se em múltiplos domínios: no plano estrutural, em políticas de distribuição de rendimentos e em transferências sociais que garantam condições de vida com dignidade às famílias das crianças; no plano institucional, em ações que conduzam a que a restrição de condições de vida não se reflita (ou, pelo menos, isso seja mitigado) nos desempenhos das crianças enquanto usufrutuários de serviços públicos, desde o jardim de infância e a escola até às unidades de saúde e às atividades lúdico-culturais; no plano interindividual, na promoção de relações empáticas, de inclusão e afeto; no plano pessoal, na garantia de condições de satisfação e bem-estar.

Conhecemos bem como a situação de pobreza e desigualdade se reflete nos resultados de aprendizagem e nos trajetos educacionais das crianças; sobre isso, os estudos sobre a correlação entre desigualdade e insucesso escolar são frequentes e muito esclarecedores (cf. e.g. Quaresma et al., 2012). A interdependência verificada não radica em qualquer tipo de determinismo social que faça com que os pobres tenham piores resultados escolares, mas nas oportunidades de aprendizagem significativas e no modo como as escolas distribuem desigualmente essas oportunidades, nos processos pedagógicos. A solução para esses problemas não é exclusivamente escolar: já há muito que Basil Bernstein proclamou que a escola não pode compensar as desigualdades!

São necessárias, assim, políticas integradas de infância. Só políticas atentas e focadas na multidimensionalidade da pobreza e exclusão das crianças podem intervir adequadamente para corrigir e superar essa pobreza. Políticas assim são as que tomam a criança e a infância como totalidades, isto é, enquanto destinatários da ação política globalmente considerada. Isto opõe-se à visão fragmentária da ação política, que considera as crianças ora como alunos, ora como beneficiários dos serviços sociais, ora como público infantojuvenil de programas culturais, ora como utentes dos serviços de pediatria, ora como destinatários de ações de intervenção em condições de risco e perigo, pelas CPCJ e os tribunais, etc. Políticas integradas assumem as crianças como cidadãos plenos e sujeitos de direitos.

As políticas integradas de infância necessitam de ser estabelecidas no plano nacional, para garantir que, no momento das intervenções em cada contexto real, haja concertação de vontades, linguagens comuns e possibilidade de efetiva cooperação e parceria entre técnicos e serviços educacionais, sociais, da saúde, etc. Alguns países (por ex.: a Irlanda), têm sido notados pela capacidade de produzirem políticas intersectoriais e definirem estratégias efetivas de combate à pobreza infantil. Não é, infelizmente, o caso português, onde não existe nenhuma instância de articulação intersectorial de políticas para a infância.

Porém, é, fundamentalmente, no plano local que as estratégias condutoras de ações integradas, multisectoriais e focadas na promoção do bem-estar e



direitos das crianças têm mais sentido e capacidade de eficácia. Compreende-se bem que assim seja: é na intervenção direta, face a face, em contextos concretos de ação que se concretizam ou inviabilizam as ações promotoras de direitos e de inclusão social. Aí se podem fazer diagnósticos adequados, estabelecer parcerias ajustadas, mobilizar meios e recursos e articular os dispositivos metodológicos de mobilização, intervenção e avaliação necessários à eficácia das políticas.

No plano internacional, vários movimentos urbanos orientados para o combate aos fatores de pobreza e desproteção das crianças têm vindo a encontrar bases consistentes de concretização. Não é preciso ir muito longe: Pontevedra, na Galiza, é hoje um símbolo mundial de políticas de infância, desenvolvidas numa perspetiva integrada, que contempla dimensões sociais e educacionais, mas privilegia também as políticas de desenho urbanístico, mobilidade, equipamento público e ambiente. Noutras cidades, movimentos como *Child in the City*, *Cità dei Bambini*, *Crianças Amigas da Cidade* ou *Cidades Educadoras*, entre outros, experimentam este mesmo desígnio: políticas locais, assentes num diagnóstico rigoroso e na mobilização de recursos para a concretização de ações intersectoriais orientadas pelos princípios da inclusão e bem-estar das crianças.

Em Portugal, esses movimentos são pouco expressivos. Porém, em alguns contextos locais, a sensibilidade autárquica para com os seus cidadãos mais jovens tem vindo, pouco a pouco, a ganhar algum significado e exprime-se em projetos de inovação no domínio das políticas de infância (cf., a este propósito, experiências relatadas em Sarmiento, coord., 2016).

Sinalizaremos três aspetos nucleares no desenho destas políticas de infância promotoras da inclusão.

Em primeiro lugar, elas assentam num diagnóstico participativo muito atento às variáveis que condicionam e constroem o acesso das crianças aos direitos, nomeadamente os direitos participativos. Contrariamente a estratégias tecnoburocráticas de compilação de fontes estatísticas secundárias (muito comuns, por exemplo, no desenho dos projetos educativos locais), esses diagnósticos procuram dar conta não apenas das variáveis estruturais (rendimento, nível de escolaridade, habitação, saúde, demografia, etc.), mas também das perceções, aspirações,

sentimentos de (des)enraizamento e pertença das crianças e famílias. Isto implica, necessariamente, ouvir a sua voz. O diagnóstico participativo permite desenhar projetos verdadeiramente enraizados e ancorados nas pessoas.

Em segundo lugar, essas políticas estendem o processo participativo ao desenho das estratégias, ao acompanhamento da execução e à avaliação de impacto das políticas. Referimo-nos à participação ativa de técnicos e decisores, mas também das comunidades (em modalidades atrativas como o café-debate, o fórum, a tertúlia de bairro, etc.) e das próprias crianças. A participação infantil é um direito da criança e uma condição consubstancial às políticas de infância (para conhecer um processo participativo de política integrada de infância realizado em Portugal cf. ADCL, 2016. Carta da Cidadania InfantoJuvenil. <http://www.ccij.adcl.org.pt>).

Em terceiro lugar, o modelo de governança implica uma articulação entre serviços (especialmente autarquias, organizações locais e escolas), de modo a que, no cumprimento das competências de cada um, se potencie uma dinâmica interinstitucional e multisectorial que possa garantir a convergência das vontades, transformando as escolas em elos da política social e distribuindo os recursos multidisciplinares de modo a responder às solicitações e necessidades.

Qualquer modelo de ação e de prevenção e combate à pobreza infantil e de promoção dos direitos educacionais e sociais das crianças exige, finalmente, uma perspetiva assente na recusa da inevitabilidade do insucesso e uma visão fortemente apostada numa sociedade em que nenhuma criança seja abandonada ou excluída.

Outras referências

Quaresma, Maria Luisa; Abrantes, Pedro; Lopes, João Teixeira (2012). *Mundos à Parte? Os Sentidos da Escola em Meios Sociais Contrastantes. Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 70, 2012, pp. 25-43.

Sarmiento, Manuel Jacinto (Coord.) (2016). *Crianças, Cidade e Cidadania*. Guimarães, ADCL (ebook) ISBN 978-989-99778-0-8 http://www.adcl.org.pt/ccij/noticias/livro_atas.pdf

Manuel Jacinto Sarmiento

Universidade do Minho; ProChild Colab



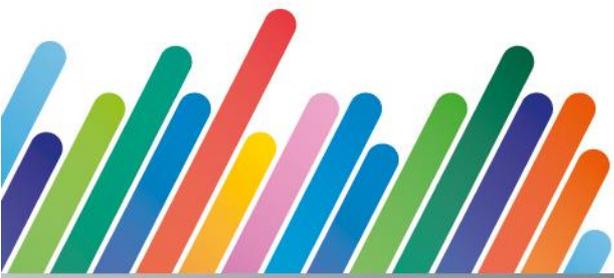
O projeto “Promover a leitura e a escrita” da CIM-TTM e o combate à pobreza infantil



“Erradicar a pobreza extrema e a fome” é o primeiro dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*, definidos em 2000. Por sinal, dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (2015), apresentados como sendo as prioridades e aspirações globais para 2030, o primeiro reitera o desejo de “**Erradicação da pobreza**: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”. O valor da educação enquanto agente de mobilidade social e, dessa forma, como condição fundamental para a saída dos ciclos de pobreza está atestado por uma plêiade de estudiosos e peritos. Acresce que a investigação produzida indica o nível socioeconómico das famílias, em particular o nível sociocultural da mãe, como principal preditor do (in)sucesso escolar.

Na senda de outros projetos, também para nós, promotores, equipa técnica e profissionais, nomeadamente educadores de infância e professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) dos onze agrupamentos de escolas da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), a palavra de ordem é **prevenir**. Por isso, o projeto «Promover a Leitura e a Escrita» tem como finalidade última desenvolver competências de leitura e escrita das crianças envolvidas, tendo em vista a promoção do seu sucesso escolar. Orienta-se, portanto, pelos seguintes objetivos:

- Desenvolver uma ação pedagógica diferenciada, nomeadamente no âmbito das competências de leitura e escrita, capaz de promover o sucesso escolar dos alunos;
- Detetar precocemente problemas de leitura e escrita e intervir com eficácia nestes problemas;
- Conceber e realizar ações promotoras do desenvolvimento de competências de leitura e escrita, com recurso a suportes analógicos e digitais;
- Desenvolver ações fundamentadas de articulação das competências de leitura e escrita com o desenvolvimento holístico da criança;
- Trabalhar colaborativamente nos processos de construção de saberes e práticas promotores do sucesso escolar dos alunos, nomeadamente no que se refere ao seu desempenho na leitura e escrita;



Refletir acerca dos processos pedagógicos desenvolvidos, promovendo abertura à inovação e à mudança de práticas, numa perspetiva de desenvolvimento profissional.

Em termos metodológicos, o projeto assenta num trabalho de diagnóstico com vista à avaliação das competências fonológicas das crianças que estão a terminar a educação pré-escolar e das competências de leitura e de escrita das crianças do 1.º CEB. Assim, mais concretamente, neste primeiro ano de implementação do projeto, nos onze agrupamentos de escolas da CIM-TTM, foram avaliadas as competências fonológicas das crianças que frequentam o último ano da educação pré-escolar e que no próximo ano letivo vão ingressar no 1.º CEB, bem como as competências de leitura e de escrita dos alunos que frequentam o 1.º e o 2.º anos.

O projeto prevê o acompanhamento deste grupo de crianças durante mais dois anos, perfazendo no total três anos, pelo que as crianças que agora terminam a educação pré-escolar estarão no projeto até ao 2.º ano e assim sucessivamente.

No âmbito do trabalho de diagnóstico já realizado, os dados recolhidos através das provas foram cruzados com as conceções dos educadores e professores. Este cruzamento de dados permite-nos perceber a existência de múltiplas situações de insucesso na aprendizagem da leitura e da escrita associadas a um baixo nível socioeconómico das respetivas famílias. Em resposta a este cenário, o projeto, assentando numa perspetiva de trabalho colaborativo, pretende prestar uma especial atenção às crianças em (potencial) risco na aprendizagem da leitura e da escrita.

Nesta linha, uma ação concreta já em curso reporta-se ao apoio tutorial (realizado em curtos períodos de tempo, mas de forma sistemática – isto é, tanto quanto possível, diariamente) às crianças em risco. Acresce que, no âmbito deste projeto, foi concedido igual acesso a todas as crianças a uma plataforma digital com conteúdos didáticos devidamente validados e um conjunto de tablets, por agrupamento, com software relevante para a aprendizagem da leitura e da escrita e, também, de outras áreas de conteúdo.

Como acima sugerido, o projeto «Promover a Leitura e a Escrita» pretende desenvolver-se num ambiente de trabalho colaborativo, envolvendo não apenas a equipa técnica e os educadores e professores dos agrupamentos, mas também outros profissionais destes agrupamentos, como as equipas das bibliotecas escolares, as famílias e as equipas multidisciplinares. Com estas últimas, pretende-se criar processos de colaboração que sejam efetivos no apoio às crianças e às famílias mais desfavorecidas que não podem oferecer boas condições de acesso a bens culturais e escolares.

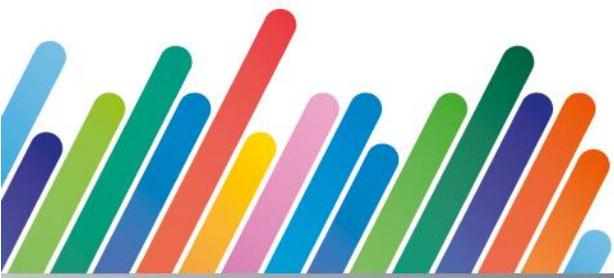
Um outro dado que merece ser salientado e que também emergiu do diagnóstico realizado reporta-se a um já considerável grupo de crianças que vivem (em permanência ou esporadicamente) na região e cuja língua materna não é o português. Além das dificuldades económicas, estas crianças experienciam acrescidas dificuldades de inclusão que deverão merecer a nossa particular atenção.

Este projeto, centrando-se no apoio a crianças em risco na aprendizagem da leitura e da escrita, não deixa de ter como preocupação mais ampla a melhoria dos múltiplos processos educativos e, nesse sentido, procura alavancar as competências dos alunos. Estamos igualmente focados em mobilizar e capacitar os professores para o sucesso, o seu e o dos seus alunos.

Refira-se, por fim, que a relevância das competências de leitura e escrita para a formação das crianças é tal que, sem um claro investimento, dificilmente se construirão caminhos que permitam a melhoria das condições de vida de tantas e tantas crianças presas em ciclo de pobreza.

Carlos Teixeira e Paula Vaz

Equipa técnica do projeto “Promover a Leitura e a Escrita”



CENTRO INTEGRA — UMA ABORDAGEM GLOBAL E INTEGRADA AO INSUCESSO ESCOLAR



A investigação nas ciências da educação e as práticas desenvolvidas no terreno têm vindo a mostrar que o combate ao insucesso escolar pressupõe uma abordagem global e integrada. Trata-se de perspetivar este problema complexo numa lógica de "whole-school-approach", no âmbito da qual a escola, como centro do processo educativo, não pode deixar de ser sustentada por um conjunto de dinâmicas transversais e territoriais. Ao nível de um território como um município, há conjunto de problemas transversais, cuja resolução justa e eficaz implica, também, transversalidade de respostas.

No âmbito das operações do Eixo Prioritário 8 – Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida - do Norte 2020, designadamente a que respeita aos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), a Câmara Municipal de Santo Tirso criou um **Centro Local de Apoio Integrado à Promoção do Sucesso Escolar** - sob a designação genérica de **Centro Integra**, o qual tendo por base a centralidade da escola, promove a articulação e coordenação do território e dos seus diversos atores (a montante e a jusante do sistema educativo) para sustentar o trabalho dos professores no combate ao insucesso escolar no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Neste sentido, através de uma equipa multidisciplinar (1 psicólogo, 1 técnico de intervenção social e 1 mediador sociocultural), o Centro Integra desenvolve nas 5 unidades orgânicas do concelho de Santo Tirso (4 agrupamentos e 1 escola não agrupada) e para o universo dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico (N=1837) as seguintes estratégias:

1 - Envolvimento direto da comunidade educativa, em particular os pais e os encarregados de educação, no processo educativo e escolar dos alunos.

Neste âmbito, está a ser desenvolvido o **projeto Medeia** que se destina à capacitação parental em domínios como a participação na vida da escola, técnicas de apoio ao estudo e resolução de conflitos. Foi desenvolvido um programa de capacitação assente em duas modalidades de formação: curso e conferências.

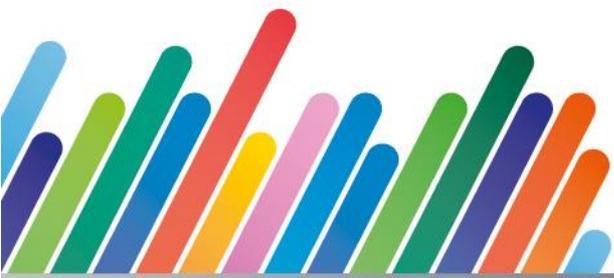
Por outro lado, há o projeto de **Leitura Voluntária** que pretende, numa lógica intergeracional, envolver leitores seniores no apoio ao desenvolvimento de competências de leitura e da escrita, sobretudo junto de alunos referenciados que carecem de um apoio mais intensivo e personalizado.

2 - Articulação dos diferentes atores locais na resolução dos problemas de insucesso escolar, designadamente na área da saúde, segurança social e justiça.

Nesta estratégia, face à referenciação realizada, a **Equipa Multidisciplinar** articula a resolução dos problemas com outros intervenientes locais (CPCJ, ACE, etc.), de modo a encontrar respostas que permitam a maior eficácia dos recursos disponíveis e a redundância de intervenções.

3 - Colaboração com os professores e as escolas na construção de Planos Individuais de Recuperação (PIR) para os alunos que são referenciados devido a elevado risco de insucesso escolar.

Assumindo a primazia do trabalho realizado pelas escolas, a **Equipa Multidisciplinar** colabora diretamente com os professores (e outras estruturas) no diagnóstico, elaboração e implementação dos PIR, sendo que a escola é considerado o espaço por excelência de intervenção.



4 - Desenvolvimento das chamadas “soft skills” (comunicação, pensamento criativo, trabalho em equipa, motivação, flexibilidade, resolução de problemas, pensamento crítico, resolução de conflitos através da combinação de projetos, etc.) e, em particular, das competências necessárias para o mundo digital que concorrem para o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória e para as exigências do século XXI.

Para a concretização desta estratégia, o Centro Integra sustenta-se em três projetos:

- *Experimenta+ (desenvolvimento do ensino e aprendizagem das ciências experimentais);*
- *Robótica e Programação no 1.º Ciclo do Ensino Básico;*
- *Plataforma Santo Tirso Aprende +.*

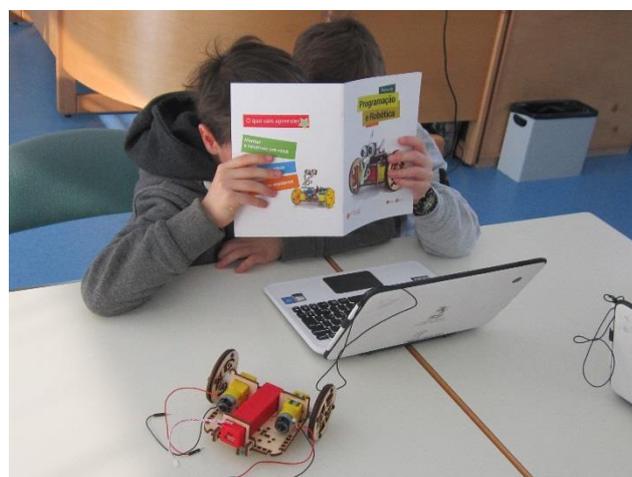
5 - Capacitação e sensibilização dos intervenientes diretos na educação escolar, mormente professores e pessoal não docente.

Neste caso, o Centro Integra tem apostado na realização de eventos de natureza formativa que visam informar sobre o processo de recuperação dos alunos em risco de insucesso escolar, capacitar para o exercício das respetivas funções no âmbito das diversas fases da intervenção (diagnóstico, elaboração e implementação) e promover a concertação dos diversos intervenientes locais.

No seu conjunto, as diferentes estratégias implicam intervenção direta junto da totalidade dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Santo Tirso, embora com diferentes escalas e lógicas de incidência. No caso concreto dos Planos Individuais de Recuperação, o foco mais crítico para o qual se orientam as diversas estratégias, foram referenciados 189 alunos desde fevereiro de 2018, dos quais 134 alunos foram objeto de intervenção face ao diagnóstico realizado. No ano letivo 2017/2018, a taxa de insucesso escolar no final do 1º Ciclo do ensino Básico foi 1,3%, correspondendo a uma melhoria de praticamente 25% em relação ao ano anterior.

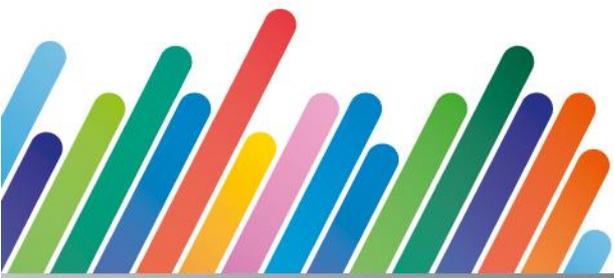
O conjunto de respostas encontradas no âmbito do Centro Integra vão, pois, ao encontro de um **modelo multinível** (medidas com escalas, graus e intensidades

diferentes) e **multifatorial** (fatores pedagógicos, sociais, económicos e culturais) que convoca de modo concertado as potencialidades endógenas do território educativo. Refira-se, por outro lado, que as referidas respostas apresentam também diferentes escalas temporais: umas orientadas para a resolução de problemas imediatos e urgentes, outras, mais estruturais, de alcance temporal mais profundo e de impacto geracional e comunitário.



A literatura científica tem evidenciado que a educação, apesar de continuar a ser um dos principais instrumentos de mobilidade social, tem sido incapaz de alcançar a desejável equidade. No caso do Centro Integra, os valores que apoiam as estratégias que estão a ser implementadas são os de uma sociedade mais equitativa e coesa cujas políticas educativas não podem deixar de estar focadas na criação de condições efetivas de sucesso escolar.

Câmara Municipal de Santo Tirso



Desafios e oportunidades das comunidades intermunicipais na promoção do sucesso escolar

O Portugal 2020, acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, define os princípios de programação para a promoção do desenvolvimento económico, social e territorial em Portugal, entre 2014 e 2020; é operacionalizado em vários programas, nomeadamente o Programa Operacional Regional do Norte, que incluem a prioridade de investimento 10.1. que está orientada para intervenções que favoreçam a melhoria do sucesso educativo e a redução do abandono escolar. Esta aposta no sucesso educativo enquanto prioridade de investimento convoca a uma geografia territorial regional e local de práticas de convergência e complementaridade dos diferentes atores sociais com responsabilidades educativas nos seus territórios.

Perante este desafio nacional, desde 2016, no âmbito do PNPSE, foram encorajadas as Escolas a nível nacional a perfilarem-se como organizações com capacidade de liderança pedagógica na criação e aplicação das medidas de promoção do sucesso escolar, considerando para tal a alocação de recursos humanos e materiais decorrentes dos investimentos financeiros regionais e locais no âmbito do combate ao insucesso escolar. Assim, foram criados planos de ação estratégica (PAE) no âmbito do PNPSE, com um início de aplicação previsto para o ano letivo 2016-2017 e paralelamente definiram-se os avisos de abertura das candidaturas por parte das CCDR, os quais convidaram as comunidades intermunicipais e/ou os seus municípios associados a apresentar Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) com os objetivos de promover a melhoria da qualidade das aprendizagens e do sucesso escolar de todos e de cada um dos alunos, reduzir as saídas precoces do sistema educativo, combater o insucesso escolar e reforçar as medidas que promovam a equidade no acesso à educação básica e secundária. Esta elaboração de PIICIE só começou a ocorrer ao longo de 2017, o que originou um desfazamento na implementação dos PAE das Escolas e dos PIICIE dos Municípios/CIM/AM, enquanto instrumentos estratégicos de promoção do sucesso escolar.

Assistiu-se nesta altura ao início de um grande desafio de construção de uma abordagem territorial integrada e inovadora focada na promoção do sucesso escolar, no âmbito do território de atuação das comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas e na articulação com as Escolas enquanto líderes pedagógicos. Foi criada uma oportunidade para a identificação colaborativa e territorial de fragilidades numa lógica de *bottom-up*, para a qual se pretendia que os PAE das escolas contribuíssem com uma visão das comunidades educativas para o desenho de medidas educativas complementares às das Escolas que potenciasses os recursos existentes e colaborassem na senda da promoção do sucesso escolar, diminuindo a retenção e qualificando o sucesso das aprendizagens. Neste ecossistema educacional que se constrói continuamente, aprofundando interações, os PIICIE e os projetos e medidas que o integram, surgem como instrumentos de ação estratégica territorial com a oportunidade de responder à melhoria do sucesso educativo das regiões, com o desafio de promover abordagens colaborativas entre os diferentes interlocutores do território – Escolas, Centros de Formação, Municípios, Associações e demais entidades e instituições da comunidade – centradas numa atuação que se estende desde a educação pré-escolar ao ensino secundário.

Este recente processo de construção de um ecossistema educacional emergente e territorial (Figura 1) com uma visão comum de território no que toca à educação é difícil e moroso; é um processo de grande assimetria territorial e de remoção de barreiras diversas à articulação comprometida que coloca cada vez mais exigências e desafios aos diversos interlocutores perante a crescente heterogeneidade e complexidade das populações escolares. No entanto, já se observam alguns indicadores e sinais que validam e sustentam o processo encetado de abordagens intermunicipais de cooperação e colaboração localmente comprometidas com uma determinada estratégia, com prioridades e alvos educacionais definidos.

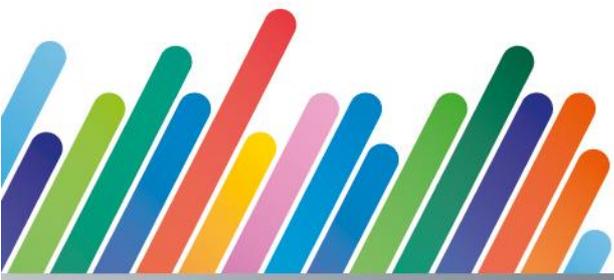


Figura 1: Ecosistema educacional PNPSE



Por um lado, observam-se nas Escolas dinâmicas pedagógicas no âmbito de implementação de projetos dos PIICIE nas mais diversas áreas – desde a leitura e escrita às ciências experimentais, que, na voz dos professores e seus alunos, assumem contornos de apropriação metodológica e criativa dos mesmos que se traduzem em relatos percetivos de contributos de melhoria para as aprendizagens de qualidade dos alunos; em crescentes processos e momentos de colaboração e partilha pedagógica potenciados pelos centros de formação de associação de escolas, parceiros de excelência desde o início deste processo; no aprofundamento de dinâmicas de articulação interinstitucional centradas nos alunos, na sua aprendizagem e bem-estar, nas quais as equipas multidisciplinares concelhias ou intermunicipais assumem papéis de colaboração pertinente com as Escolas na prossecução de objetivos comuns.

Por outro lado, por exemplo, as medidas de promoção do sucesso escolar dos PIICIE da região Norte incorporam áreas complementares dos PAE das escolas que se podem visualizar na Figura 2 com destaque para a intervenção complementar às Escolas através das Equipas Multidisciplinares, de modalidades de apoio aos alunos com foco em algumas áreas curriculares como as Ciências e as Artes, da capacitação e apetrechamento de salas de aula do futuro como suporte à inovação pedagógica, flexibilidade e inclusão.

Figura 2: Nuvem de palavras relativas às medidas de promoção do sucesso escolar dos PIICIE da região Norte



Os indicadores de resultado de sucesso escolar, tanto no que se refere à diminuição da taxa de retenção e desistência como à redução da taxa de alunos com níveis negativos (pelo menos a uma disciplina) validam estas práticas territoriais de convergência escolar na região Norte. Estes indicadores, correspondentes às taxas de variação entre biénios 2014-2016 e 2016-2018, mostram a posição da região Norte face à média nacional e estão representados nas figuras 3 e 4. Os resultados demonstram a forte aposta territorial na área da Educação, no panorama nacional, para a qual podem ter contribuído as medidas de ação estratégica das escolas reforçadas pelas ações de convergência e complementaridade das entidades intermunicipais e municípios associados, não obstante as assimetrias decorrentes das dinâmicas de interarticulação específicas de cada território.



Figura 3: Variação da taxa de alunos com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina), do 5.º ao 12.º ano, entre os biênios 2014-2016 e 2016-2018

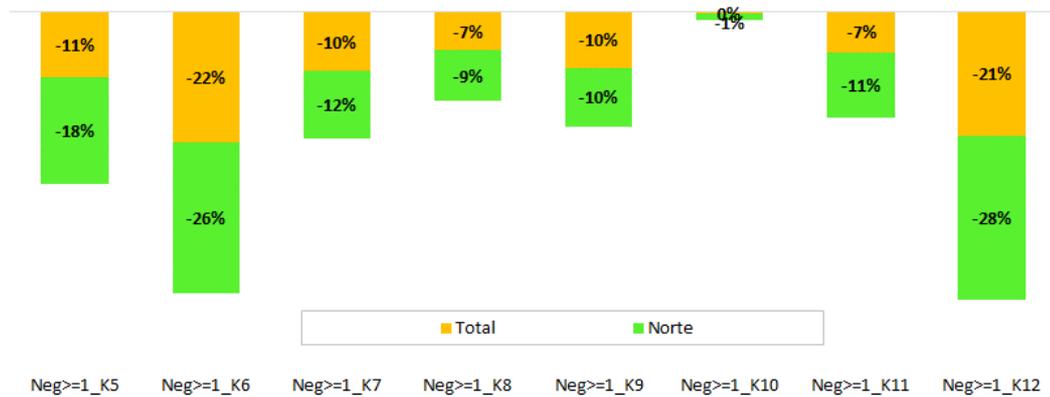
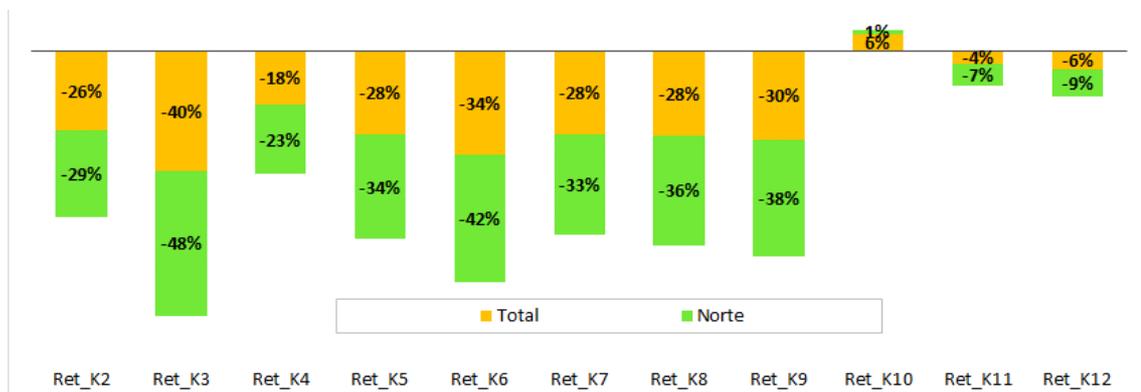


Figura 4: Variação da taxa de retenção e desistência, do 2.º ao 12.º ano, entre os biênios 2014-2016 e 2016-2018



É na força destas evidências que se vislumbra o processo de construção de um ecossistema educacional dos territórios educativos da região Norte, mobilizados para a contínua melhoria da qualidade das aprendizagens e do sucesso escolar de todos e de cada um dos alunos, reflexo da interação entre os fenómenos de regulação e autorregulação do ato educativo como *práxis* de política pública sustentada no conhecimento científico em contexto escolar e nas especificidades dos territórios.

Estrutura de Missão do PNPSE



PROJETO TRILHOS PARA A INOVAÇÃO EDUCATIVA NA AMP

O Projeto “Trilhos para a Inovação Educativa na AMP” integra um conjunto de medidas de carácter experimental e inovador na educação, complementando os projetos desenvolvidos por cada um dos 17 municípios.

Este projeto, alargando a sua área de atuação a públicos diferentes, privilegiou a implementação de projetos-piloto, de elevado potencial de impacto, sustentado em abordagens educativas diferenciadoras.

Com o propósito de acompanhar e avaliar cientificamente cada uma das medidas do projeto “Trilhos para a Inovação Educativa na AMP”, foram identificadas duas entidades da academia: a Faculdade de Educação e Psicologia da UCP, para o acompanhamento e monitorização do PIICIE, e a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da UP, com foco na avaliação de impacto dos 4 projetos de Inovação Educativa, inseridos no Projeto Trilhos. Destes 4 projetos, 2 tiveram início no ano letivo 2017/2018: o projeto CriAtividade®: *Problem Solvers* em Ação e o Projeto Movimento *Transformers*.



Através da implementação de modelos estruturantes da **Comunicação Igualitária**, do **Pensamento Futurístico** e da **Resolução Criativa e Colaborativa de Problemas**, este projeto faz uma forte aposta no trabalho em equipa, na partilha de ideias e soluções, na experimentação de novas abordagens e na interligação entre conhecimentos, promovendo uma maior motivação dos alunos.

2017/2018. Além da identificação de professores com perfil para a implementação do projeto, e sua capacitação na metodologia específica do programa, participaram cerca de 500 alunos do 6º ano.

O Programa **CriAtividade®: Problem Solvers em ação** foi desenvolvido nos dezassete municípios, no ano letivo



Estas crianças tiveram a oportunidade de desenvolver um conjunto de competências fundamentais para o seu crescimento enquanto cidadãos proativos e críticos, com impacto no seu desempenho escolar e social.

Foram desenvolvidas também sessões com a comunidade, tendo a escola aberto as portas a pais, autarquias e outras entidades locais, dando a conhecer o trabalho desenvolvido pelas turmas.



No âmbito da celebração da semana mundial da Criatividade, realizou-se um dos momentos mais marcantes do projeto - o **Dia CriAtividade® – AMP**. Decorreu no Pavilhão Multiusos de Gondomar. Este momento, aberto a todos os alunos (350 participantes), professores (comentores), mentores (responsáveis do projeto) e comunidade, permitiu partilhar experiências e testar as aprendizagens/competências desenvolvidas ao longo do ano. Poderá ver esse momento através do link: <https://vimeo.com/267814426>

Movimento Transformers



O Projeto “Transformers – Escola de Superpoderes” foi identificado e integrado no Projeto Metropolitano, por apresentar uma metodologia de intervenção já testada e com resultados de elevado potencial, numa área de intervenção muito significativa – a participação e cidadania.

Conscientes de que Portugal apresenta uma baixa taxa de envolvimento social e cívico, que sociedades com baixo envolvimento e participação dos seus cidadãos favorecem o isolamento e a exclusão, e que, no contexto educativo português, as elevadas taxas de absentismo e abandono escolar são potenciadoras do desenvolvimento e agravamento do nível de risco em crianças e jovens, o Projeto Transformers, através da implementação da sua metodologia “Escola de Superpoderes”, capacita crianças, jovens e adultos para se tornarem agentes de mudança das suas próprias comunidades, através de diferentes talentos que aprendem e desenvolvem ao longo do projeto.

Implementado na AMP desde o ano letivo de 2017/2018, e com a **duração de dois anos letivos**, o projeto centra a sua intervenção em alunos com maior risco de insucesso e abandono escolar, tendo já abrangido mais de **800 aprendizes**.

Através da prática semanal de uma atividade escolhida pela turma, os alunos desenvolveram competências relacionadas com a criatividade, resiliência, cooperação, consciência social e ambiental, compromisso, aumentando a sua autoestima, sentimento de pertença e identificação com modelos sociais positivos, contribuindo para a melhoria de relacionamentos interpessoais e sociais, bem como para climas escolares mais positivos.





Através do **Payback**, uma das vertentes mais interessantes do projeto, os alunos são convidados a identificar um problema social na sua comunidade e encontrar formas de ajudar a resolver ou minimizar o seu impacto. Todas as turmas desenvolveram maior atenção e consciência acerca dos problemas existentes na sua comunidade, utilizando posteriormente os talentos aprendidos na implementação de ações construtivas de mudança.



O **Festival TNT – Todos nós Transformamos** celebra o final de um ano de trabalho, com apresentação de testemunhos, workshops e partilha de conhecimentos/vivências entre todos, culminando na passagem dos aprendizes a Transformers (pessoas capazes de transformar o mundo).

Os resultados do **estudo de medição de impacto social** realizado pelo grupo de investigação **SINCLab** da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação demonstram que, no ano letivo 2017/2018, o impacto do projeto Transformers foi muito positivo.

Entre outros impactos, verificou-se uma **diminuição na taxa de retenção** (de 24.4% para 13.6%) e **na taxa de crianças com negativas** (de 57.9% para 41.5%); a taxa de crianças com mais de 3 negativas diminuiu (de 30.3% para 23.7%). Poderá consultar uma notícia aqui: <https://sicnoticias.pt/pais/2019-06-11-Insucesso-escolar-diminuiu-em-17-turmas-da-area-metropolitana-do-Porto>

O Movimento Transformers é reconhecido e apoiado pelo Instituto de Desporto e Juventude (IPDJ), recomendado pelo Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, tendo sido apresentado a Bill Gates e a diversos líderes mundiais.

Área Metropolitana da Porto



Breves

→ TEIP 2018-2021

Decorre até 28 de junho o [concurso](#) para o apoio no NORTE 2020 aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas abrangidos pelo Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), enquanto instrumento de promoção da equidade no acesso à educação básica e secundária.

Após uma primeira iniciativa (TEIP1, em 1996-1999), o Programa foi retomado em 2006, como TEIP2, integrando apenas escolas das duas áreas metropolitanas, sendo 15 na do Porto. No ano letivo 2008-2009, foram adicionadas 7 escolas na segunda fase e 16 na terceira, perfazendo um total de 38 escolas na Região do Norte.

Em 2012/13, com o TEIP3, acrescenta-se 11 novas escolas. As 49 escolas desde então inseridas neste Programa (lista disponível na [página da DGE](#)) distribuem-se por sete NUTS III da Região do Norte: AM Porto — 22, Tâmega e Sousa — 11, Douro — 7, Ave — 4, Cávado — 3, Terras de Trás-os-Montes — 1 e Alto Minho — 1.

Para o triénio [de 2018-2021](#), os objetivos que norteiam os planos plurianuais de melhoria das escolas TEIP são os seguintes:

- combater o abandono escolar e as saídas precoces do sistema educativo, garantindo a inclusão de todos os alunos;
- melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem traduzida no sucesso educativo dos alunos;
- operacionalizar o “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”;
- articular a ação da escola com a dos parceiros dos territórios educativos, promovendo um exercício de cidadania ativa e informada;
- prevenir o absentismo e a indisciplina dos alunos.

Estes objetivos revelam a ligação clara deste Programa ao PNPSE e aos PIICIE e a necessidade de se cuidar da devida cooperação.

→ ABORDAGENS INTEGRADAS PARA A INCLUSÃO ATIVA

Está aberto um [concurso](#) no NORTE 2020 que visa “apoiar a realização de intervenções locais integradas de inovação e experimentação social e de animação territorial que tenham em conta as mudanças sociais registadas e a criação de soluções inovadoras que respondam a necessidade sociais não satisfeitas e estimulem o desenvolvimento de novas relações sociais ou colaborações, envolvendo redes sociais sub-regionais”.

São destinatários das operações a financiar as comunidades identificadas nos Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas e os residentes nas áreas abrangidas pelos projetos de regeneração urbana, bairros sociais ou zonas críticas do território com especial incidência de comunidades desfavorecidas.

→ CULTURA PARA TODOS

Será lançado em breve um concurso no NORTE 2020 que tem como objetivo fomentar o acesso de novos públicos à cultura e promover a aquisição e o desenvolvimento de competências básicas, profissionais, sociais e pessoais, junto de grupos excluídos ou socialmente desfavorecidos, através da dinamização de práticas artísticas e culturais.

Este apoio ao desenvolvimento de ações inovadoras e de respostas integradas — no âmbito da infância e juventude, população idosa, pessoas com deficiência, família e comunidade — pressupõe a inscrição destas ações no quadro de investimentos do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), de dimensão intermunicipal.